



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Área Judiciária

Prova Cargo MA01/BT01, Tipo 1

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição

MODELO

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Riscos da advocacia invadida

Tanto quanto se saiba, a polícia tem praticado entradas forçosas em escritórios de advocacia, apreendido papéis e praticado outras violências. A versão oficial diz que as chamadas invasões não existem, pois se trata de ingressos autorizados por ordem judicial para fins determinados, relativos a investigações na apuração de responsabilidades graves.

A regra essencial a esse respeito é, porém, a da inviolabilidade do escritório do advogado. Sou advogado, além de jornalista e, portanto, parte interessada. Por isso, limitarei as anotações cabíveis estritamente aos campos da Constituição e da lei vigente, sem qualquer extrapolação. Começemos pelo inciso 6 do artigo 5º da Carta Magna, o qual afirma ser “livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. A advocacia exige qualificações específicas, na Carta Magna e na Lei nº 8.906/94, consistentes no diploma do bacharel em ciências jurídicas, no registro profissional na Ordem dos Advogados, depois da aprovação no Exame da Ordem.

Não é possível o exercício da profissão advocatícia se o cliente não tiver confiança absoluta em que as informações e os documentos passados a seu advogado sejam invioláveis. Nem será possível se o advogado puder ser constrangido a informar fatos relativos a seu cliente.

O sigilo do médico e o do sacerdote têm força igual à do sigilo do advogado. Daí dizer a Lei nº 8.906/94, no inciso 19 do artigo 7º, ser direito deste profissional recusar-se a depor como testemunha, mesmo quando autorizado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional. Se não pode depor, mesmo em juízo, imagine-se a gravidade de ver apreendido, em seu escritório, documento que implique em responsabilidade de seu cliente.

Tem havido, porém, escritórios que aceitam ser sede de empresas de seus clientes, designando locais, em seu espaço interno, para esse efeito. Em outros casos, o advogado é diretor de empresa, não se encontrando no exercício da profissão. São alternativas diversas das que tipificam a atividade profissional, não garantidas pela Constituição e pelas leis, quanto à inviolabilidade. Fora daí, invadir o escritório e apreender documentos físicos ou eletrônicos é abuso de direito, que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem considerado geradora de prova ilícita.

(Walter Ceneviva, **Folha de S. Paulo**, 07/05/2005)

1. O autor do texto manifesta-se contra práticas policiais
 - (A) a que falta o respaldo básico de uma ordem judicial explícita.
 - (B) de respaldo ético indiscutível, já que amparadas por determinação judicial.
 - (C) que ferem direito garantido, inerente a toda prática profissional.
 - (D) em que há abuso da autoridade e extrapolação de uma ordem judicial.
 - (E) em que se ignora direito já reconhecido pela jurisprudência.

2. Considere as seguintes afirmações:
 - I. Quanto à sua inviolabilidade, o direito ao sigilo de médicos e de sacerdotes é garantido no inciso 19 do artigo 7º da Lei nº 8.906/94 e deveria, segundo o autor, ser estendido à prática advocatícia.
 - II. Para provar sua imparcialidade no tratamento da questão central de seu texto, o autor recusa-se a se valer de argumentos próprios à sua qualificação profissional.
 - III. Segundo o autor, a garantia de inviolabilidade do escritório de advocacia deixa de existir quando seu espaço for utilizado para o exercício de atividades outras.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) II e III.
- (C) II.
- (D) I e II.
- (E) I.

3. No segundo parágrafo, lê-se: Por isso, limitarei as anotações cabíveis estritamente aos campos da Constituição e da lei vigente, sem qualquer extrapolação.

Deve-se entender que a expressão sublinhada na frase remete diretamente a uma informação já explicitada no contexto:

- (A) a versão oficial nega as entradas forçosas.
- (B) o autor se declara parte interessada na questão de que trata.
- (C) o autor está em pleno exercício de seu ofício de jornalista.
- (D) a advocacia exige sempre qualificações específicas.
- (E) os dispositivos legais já citados são inequívocos.

<p>4. A frase em que a palavra sublinhada está empregada com o mesmo sentido com que se apresenta no texto é:</p> <p>(A) São providências duras mas <u>forçosas</u>, imprescindíveis neste momento.</p> <p>(B) Seria bom se reservássemos os <u>ingressos</u>, pois o solista goza de grande prestígio junto ao público.</p> <p>(C) Ele se valeu de razões <u>consistentes</u> e derrubou a frágil proposta da oposição.</p> <p>(D) Mostrou-se <u>constrangido</u> com o deslize que cometeu durante a sessão solene de posse do novo magistrado.</p> <p>(E) Nosso <u>constituente</u> está prestes a buscar outros advogados, caso não escolhamos outra estratégia de defesa.</p>	<p>7. Transpondo-se para a voz passiva a frase</p> <p>(A) (...) <i>alternativas diversas das que tipificam a atividade profissional</i>, a forma verbal resultante será são tipificadas.</p> <p>(B) (...) <i>a polícia tem praticado entradas forçosas em escritórios de advocacia</i>, a forma verbal resultante será foram praticadas.</p> <p>(C) (...) <i>a polícia tem apreendido papéis</i>, a forma verbal resultante será têm sido apreendidos.</p> <p>(D) <i>A advocacia exige qualificações específicas</i>, a forma verbal resultante será têm sido exigidas.</p> <p>(E) (...) <i>limitarei as anotações cabíveis aos campos da Constituição e da lei vigente</i>, a forma verbal resultante será terei limitado.</p>
<p>5. <i>Não é possível o exercício da advocacia se o cliente <u>não tiver confiança em que as informações passadas a seu advogado sejam invioláveis</u>.</i></p> <p>A frase continuará formalmente correta caso se substituam as expressões sublinhadas, respectivamente, por:</p> <p>(A) alimentar a desconfiança em que – compartilhadas de seu</p> <p>(B) presumir de que – confiadas ao seu</p> <p>(C) suspeitar de cujas – confidenciais com seu</p> <p>(D) não supuser que – reveladas a seu</p> <p>(E) não confiar de que – transmitidas a seu</p>	<p>8. É possível alterar uma expressão do texto sem qualquer prejuízo para seu sentido e sua correção. Isto ocorre em</p> <p>(A) apreender documentos.</p> <p>(B) implique responsabilidade.</p> <p>(C) pois se tratam de ingressos autorizados.</p> <p>(D) atendidas às qualificações profissionais.</p> <p>(E) constrangê-lo ao informar.</p>
<p>6. As normas de concordância estão inteiramente respeitadas na frase:</p> <p>(A) Configura-se nas freqüentes invasões dos escritórios de advocacia o desrespeito a prerrogativas constitucionais.</p> <p>(B) Não cabem às autoridades policiais valer-se de ordens superiores para justificar a violência dessas invasões.</p> <p>(C) Submetido com freqüência a esse tipo de constrangimento, os advogados se vêm forçados a revelar informações confidenciais de seus clientes.</p> <p>(D) Tem ocorrido, de uns tempos para cá, inúmeras entradas forçosas da polícia em escritórios de advocacia.</p> <p>(E) Se não lhes convém cumprir determinadas medidas, cabe aos advogados recorrer às instâncias superiores da justiça.</p>	<p>9. <i>Não é possível o exercício da profissão advocatícia se o cliente <u>não tiver confiança absoluta em que as informações e os documentos passados a seu advogado sejam invioláveis</u>.</i></p> <p>Permanecerá correta a articulação entre os tempos e os modos verbais da frase acima caso se substituam as formas sublinhadas, respectivamente, por:</p> <p>(A) seria possível – não tenha – são</p> <p>(B) será possível – não ter – serão</p> <p>(C) teria sido possível – não tenha – são</p> <p>(D) seria possível – não tivesse – fossem</p> <p>(E) será possível – não teria – sejam</p>

<p>10. Está inteiramente clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Segundo a versão oficial, as entradas forçosas da polícia em escritórios de advocacia não constituem abuso de autoridade, uma vez que são determinadas por ordem judicial.</p> <p>(B) Os escritórios de advogado aonde funcionam sedes de empresas, não configuram um caso de sigilo profissional, uma vez que se prestam ao exercício de uma função estranha à sua finalidade.</p> <p>(C) Havendo constrangimento do advogado ao informar fatos que só dizem respeito aos seus clientes, traindo sua confiança, fica impossível exercerem a profissão que lhes compete.</p> <p>(D) A menos que seja previsto como um caso de exercício diverso da advocacia, as situações regulares dos escritórios de advogados impõem o respeito ao direito de sigilo.</p> <p>(E) Note-se que na jurisprudência, do âmbito do Supremo Tribunal Federal, tem sido resguardado o sigilo na apreensão de documentos, entendida como fragilante abuso de autoridade.</p>	<p>13. Quanto à necessidade ou não do sinal de crase, está inteiramente correto o que se lê em:</p> <p>(A) Esse grande físico não pertenceu àquele grupo de cientistas que se mantinham a margem das contingências, desatentos ao mundo à sua volta.</p> <p>(B) Einstein não se limitou à escrever textos científicos; lançou-se à roda dos grandes debates políticos internacionais, à cuja órbita se prendiam as decisões cruciais do pós-guerra.</p> <p>(C) O cerceamento à liberdade, nos regimes totalitários, leva a indignação coletiva às alturas quando os que mais têm a dizer são intimados a calar-se.</p> <p>(D) Não cabe à qualquer pessoa levar a cabo uma experiência científica, mas à toda gente cabe decidir sobre o emprego que se dará às novas ferramentas da ciência.</p> <p>(E) Com os nervos à flor da pele, assistimos na TV à uma cena em que um homem rude, promovido a condição de milagreiro, dava início a tão anunciada intervenção cirúrgica.</p>
<p>11. Considere as seguintes frases:</p> <p>I. Tenho sempre saudades dos tios, que tanto fizeram por mim.</p> <p>II. Ela me passou as informações, apenas, necessárias para a inscrição no concurso.</p> <p>III. Durante o dia todo, ela ficou se lastimando por não haver cumprido a promessa.</p> <p>A supressão de vírgula(s) altera o sentido do que está em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I e II, somente.</p> <p>(C) I e III, somente.</p> <p>(D) II e III, somente.</p> <p>(E) II, somente.</p>	<p>14. Atente para as seguintes frases:</p> <p>I. Retirei da biblioteca um romance de sucesso.</p> <p>II. A leitura do romance não me empolgou.</p> <p>III. Ao devolvê-lo, comentei minha impressão com a bibliotecária.</p> <p>As frases acima estão articuladas de modo claro, coerente e correto no seguinte período:</p> <p>(A) A leitura do romance de sucesso que retirei da biblioteca não me empolgou, conforme a impressão que comentei ao devolvê-lo com a bibliotecária.</p> <p>(B) Ao devolver à biblioteca o romance de sucesso retirado, comentei com a bibliotecária minha impressão de leitura, em cuja não conseguira me empolgar.</p> <p>(C) Não me empolgou a leitura do romance de sucesso que retirara da biblioteca, e ao devolvê-lo comentei com a bibliotecária essa minha impressão.</p> <p>(D) Comentei com a bibliotecária, quando o devolvi, a impressão de que não me empolgaria a leitura daquele romance de sucesso, que retirei na biblioteca.</p> <p>(E) Apesar de ter retirado na biblioteca o romance de sucesso, em cuja leitura não me empolguei, acabei por comentar tal impressão com a bibliotecária quando o devolvera.</p>
<p>12. A frase em que NÃO há ambigüidade de sentido é:</p> <p>(A) Esse é o tipo de técnico de um time que ninguém deseja que se torne campeão.</p> <p>(B) Ele é o autor de romance que faz enorme sucesso junto ao público feminino.</p> <p>(C) A razão que ela me deu para ingressar em sua associação só me fez desconfiar ainda mais dela.</p> <p>(D) Gostaria que você consultasse sua mãe, antes de ceder sua chácara por ocasião da nossa formatura.</p> <p>(E) Quando ela me entregou a carta, percebi logo que as notícias não deviam ser as mais alvissareiras.</p>	<p>15. É injustificável a forma plural do verbo haver no caso da seguinte frase:</p> <p>(A) Não haveriam, meios de alcançar o sucesso de nossas expedições, caso uma empresa não se dispusesse a patrociná-las.</p> <p>(B) Mais livros houvessem sido doados, mais leitores se beneficiariam da nova biblioteca.</p> <p>(C) Que haverão eles cometido, para despertarem tantos ressentimentos entre os colegas?</p> <p>(D) Que haveriam de trazer àquela gente simples da aldeia os aventureiros que chegavam com novos hábitos?</p> <p>(E) Não imagino a quem haveriam de agradecer os meninos pelo equipamento esportivo que receberam.</p>

Atenção: As questões de números 16 a 20 referem-se ao texto que segue.

Um meio-elogio à meia-idade

Parece que se foi o tempo em que ancião significava experiência, que o sábio da tribo era um velho, que o idoso era ouvido pelos jovens e que a literatura fazia o elogio da velhice, como fez o sessentão Cícero, 44 anos antes de Cristo, em **De senectute**. Hoje, o novo **De senectute**, de Norberto Bobbio, é um belíssimo livro, mas triste e pessimista. “Quem louva a velhice não a viu de perto”, ele escreveu.

Não estou entre os que fazem o elogio irrestrito de uma fase da vida em que até o prefixo é traiçoeiro – sexagenário não tem nada a ver com sexo, se é que se precisa avisar. Mas também não acho que é o pior dos tempos, principalmente quando se lembra que a adolescência, tão idealizada a distância, é uma das fases mais atormentadas da existência. Nem sempre é a idade que faz a vida feliz ou infeliz, mas a cabeça, assim como o que faz mal à saúde é a doença, e não a idade.

(Zuenir Ventura, **Crônicas de um fim de século**)

16. Depreende-se do texto que o autor **não aceita** a seguinte antinomia, muito presente no senso comum:

- (A) A sabedoria dos velhos prima pela paciência, enquanto a alegria dos jovens manifesta-se pela ansiedade.
- (B) Vive-se, na adolescência, a euforia da plena felicidade, ao passo que a melancolia dá o tom definitivo à velhice.
- (C) A felicidade é um atributo do corpo jovem, mas a consciência feliz pertence ao velho experiente.
- (D) Embora não haja sexualidade na velhice, há sessentões mais felizes do que os jovens.
- (E) Somente a distância é que os adolescentes são felizes; a adolescência, vista de perto, é uma fase de tormentos.

17. É adequado o emprego de **ambas** as expressões sublinhadas na frase:

- (A) Parece que desapareceram as convicções onde a velhice era sinônimo de ser mais sábio, ou em que ser jovem era uma garantia de felicidade.
- (B) O esclarecimento em cujo a palavra sexagenário nada tem a ver com sexo é um lance de ironia com que o autor se valeu para dar leveza ao tema.
- (C) A adolescência é uma época de onde mais tarde emergirão recordações às quais nem sempre constituirão lembranças felizes.
- (D) Pode-se preferir a velhice do que a juventude, mas Bobbio assevera de que, nesse caso, não se viu a velhice de perto.
- (E) Os traumas por que tantas vezes passam os jovens são esquecidos, mas não os momentos em que lograram ser felizes.

18. Conserva-se o sentido da frase original, numa redação correta, em:

- I. *Não estou entre os que fazem elogio irrestrito de uma fase da vida* = Não me coloco dentre os que exaltam uma irreversível fase da vida.
- II. *Até o prefixo é traiçoeiro* = Mesmo o prefixo induz a equívoco.
- III. *Quem louva a velhice não a viu de perto* = Quem otimiza a velhice não consegue encará-la.

Completa corretamente o enunciado SOMENTE o que está em:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) III.

19. Estão corretos o emprego e a forma dos verbos na frase:

- (A) Ainda que retêssemos apenas lembranças felizes, as más lembranças não tardariam a incorrer em nossa consciência.
- (B) Se a adolescência nos provisse apenas de momentos felizes, a ninguém conviria esperar pelos bons momentos da velhice.
- (C) Se a um velho só lhe aprouver o lamento pelo tempo que já passou, caber-lhe-á algo melhor que o temor do futuro?
- (D) Costuma ser repellido o adulto experiente que intervir na conduta de um jovem desorientado para tentar ratificar o rumo de sua vida.
- (E) Sempre conviu ao homem primitivo orientar-se pela sabedoria dos anciãos, ao passo que hoje poucos idosos conseguem fazer-se ouvido.

20. Está correto o emprego de ambos os segmentos sublinhados na frase:

- (A) Juventude é, hoje, uma palavra mágica: consideramo-lhe um talismã, nela atribuímos o condão de uma chave que abre todas as portas.
- (B) Quanto ao passado, deixar-lhe em paz, pois se os dias não voltam não há como interferir-lhes.
- (C) Se há dias bons na juventude, não os queiramos emprestar um valor absoluto, pois a eles se alternaram dias infelizes.
- (D) Quanto aos jovens, poupemo-los de aconselhamentos a que não podem ou não sabem dar ouvidos.
- (E) Se é para mim escolher entre o tumulto do jovem e a serenidade do velho, prefiro esta a aquele.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A anulação e a revogação dos atos administrativos produzem, respectivamente, efeitos

- (A) retroativos e *ex tunc*.
- (B) *ex nunc* e para o futuro.
- (C) retroativos e *ex nunc*.
- (D) para o futuro e *ex nunc*.
- (E) *ex tunc* e retroativos.

22. A possibilidade que certos atos administrativos ensejam de imediata e direta execução pela própria Administração, independentemente de ordem judicial, decorre do

- (A) atributo da auto-executoriedade.
- (B) requisito da presunção de legitimidade.
- (C) atributo da finalidade.
- (D) requisito da imperatividade.
- (E) atributo da competência.

23. A natureza *intuitu personae* dos contratos administrativos corresponde à execução pessoal pelo contratado,

- (A) passível de cessão ou transferência para atender o interesse público, mediante termo de retificação.
- (B) razão pela qual é vedado prever no edital e no contrato a cessão parcial.
- (C) sendo legítima a subcontratação total ou parcial, mediante termo aditivo ao contrato.
- (D) admitida a subcontratação parcial no limite admitido pela Administração no edital e no contrato.
- (E) não sendo legítima a subcontratação, mesmo quando prevista no edital.

24. A desclassificação do licitante, motivada pelo não atendimento às exigências constantes no instrumento convocatório do certame, está diretamente relacionada com o princípio da

- (A) competitividade.
- (B) igualdade entre os licitantes.
- (C) sigilo na apresentação das propostas.
- (D) economicidade.
- (E) vinculação ao edital.

25. Como a investidura em cargo público ocorre com a

- (A) nomeação, o provimento de cargo público dar-se-á com a posse e o exercício.
- (B) posse, constitui forma de provimento de cargo público, além de outras, a readaptação.
- (C) reintegração, a reversão caracteriza o provimento de cargo público.
- (D) posse, o provimento de cargo público dependerá do aproveitamento e do exercício.
- (E) nomeação, a promoção acarretará, dentre outras formas, o provimento de cargo público.

26. No âmbito do Tribunal Regional do Trabalho, nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal, excluída do teto de remuneração, além de outras, as seguintes vantagens:

- I. a gratificação natalina e o adicional de férias.
- II. o adicional noturno, a gratificação natalina e a retribuição pelo exercício de função de direção.
- III. o adicional de férias e a retribuição pelo exercício de função de chefia.
- IV. os adicionais pela prestação de serviço extraordinário e noturno.

Das vantagens supracitadas, estão corretas a que constam APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

27. No interesse da Administração, o servidor poderá afastar-se do cargo efetivo para participar de curso de capacitação profissional,

- (A) após cada quinquênio, por até três meses, com a respectiva remuneração.
- (B) após cumprido o período de dois anos do estágio probatório, com prejuízo de 50% da respectiva remuneração, por até seis meses.
- (C) por até seis meses, sem prejuízo do respectivo vencimento.
- (D) após doze meses de efetivo exercício, com prejuízo da remuneração, pelo período de até noventa dias.
- (E) observado o período do estágio probatório, com prejuízo do vencimento.

28. Tércio, agente político, independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, poderá ser condenado, dentre outras cominações, ao ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, em decorrência dos seguintes atos de improbidade administrativa:

- (A) receber vantagem econômica de qualquer natureza, mesmo que indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração de que esteja obrigado.
- (B) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições do cargo, que deva permanecer em segredo.
- (C) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- (D) permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.
- (E) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.

<p>29. Para a realização de uma passeata em determinado local público objetivando reivindicar melhorias salariais, o sindicato responsável pela manifestação pacífica necessita</p> <p>(A) de autorização da autoridade competente.</p> <p>(B) somente de prévio aviso à autoridade competente.</p> <p>(C) demonstrar a conveniência da manifestação.</p> <p>(D) locar o espaço público pelo preço estipulado pela municipalidade.</p> <p>(E) cadastrar os manifestantes após a autorização da autoridade competente.</p>	<p>32. Estabilidade dos servidores públicos:</p> <p>(A) O servidor estável poderá perder o cargo, dentre outras hipóteses, após processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.</p> <p>(B) A avaliação periódica de desempenho, requisito necessário para adquirir estabilidade, pode ser preterida desde que não prevista nas Constituições Estaduais.</p> <p>(C) Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo mediante regular concurso público, adquirem a estabilidade após dois anos de efetivo exercício.</p> <p>(D) A demissão do servidor estável, quando invalidada por sentença judicial, culmina com sua recondução ao cargo anteriormente ocupado.</p> <p>(E) O servidor estável somente perderá o cargo por meio de sentença judicial transitada em julgado.</p>
<p><u>Instrução:</u> Nas questões de números 30 a 33, assinale a alternativa correta em relação à proposição apresentada.</p> <p>30. Nacionalidade:</p> <p>(A) O nascido dentro do território nacional, cujos pais, de nacionalidade austríaca, aqui estejam gozando de férias, é considerado estrangeiro.</p> <p>(B) O filho de diplomatas japoneses, nascido no território brasileiro, cujos pais estejam a serviço de seu país de origem, é considerado brasileiro nato.</p> <p>(C) Os estrangeiros residentes no Brasil há mais de dois anos poderão pleitear a nacionalidade brasileira, independentemente de qualquer outro requisito.</p> <p>(D) Os nascidos fora do território nacional, de pai estrangeiro e de mãe brasileira a serviço da República Federativa do Brasil, são brasileiros natos.</p> <p>(E) Os nascidos no estrangeiro, de pais brasileiros, e que venham a residir no Brasil antes da maioridade, são considerados natos, desde que optem, até os vinte e um anos de idade, pela nacionalidade brasileira.</p>	<p>33. Possibilidade de alteração das normas constitucionais:</p> <p>(A) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.</p> <p>(B) A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade dos Governadores das unidades da federação.</p> <p>(C) Aprovada a proposta de emenda constitucional, o Presidente da República deverá promulgá-la em até quinze dias.</p> <p>(D) A proposta de emenda constitucional será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos.</p> <p>(E) Apenas as cláusulas pétreas implícitas podem ser passíveis de proposta de emenda tendente a modificar dispositivo constitucional.</p>
<p>31. Remuneração e vencimento:</p> <p>(A) Não há impedimento legal para a percepção remunerada resultante de três posições no serviço público federal, desde que uma destas decorra de aposentadoria.</p> <p>(B) A proibição de acumular a remuneração de empregos e funções não se estende às sociedades de economia mista e suas subsidiárias.</p> <p>(C) A Constituição Federal veda, expressamente, qualquer hipótese de acumulação remunerada de cargos públicos.</p> <p>(D) O médico pode acumular até três cargos remunerados no serviço público federal, desde que haja compatibilidade de horários.</p> <p>(E) O servidor público pode acumular os vencimentos do cargo de médico do Estado e do cargo de professor universitário estadual, desde que haja compatibilidade de horários.</p>	<p>34. O projeto de lei ordinária de iniciativa do Presidente da República, após ser aprovado pela Câmara dos Deputados, será revisto pelo Senado, que poderá</p> <p>(A) rejeitá-lo, podendo a matéria nele constante ser objeto de novo projeto de lei somente na legislatura seguinte.</p> <p>(B) emendá-lo, oportunidade em que haverá retorno somente das alterações à Casa Legislativa inicial, para análise e votação em turno único.</p> <p>(C) aprová-lo e, posteriormente, enviá-lo ao Presidente do Congresso Nacional para sanção ou veto.</p> <p>(D) vetá-lo, retornando ao Presidente da República, que poderá derrubar o veto e fazer publicar a lei.</p> <p>(E) sancionar e publicar a lei, independentemente da deliberação do Presidente da República.</p> <p>35. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente,</p> <p>(A) nas infrações penais comuns, os membros do Congresso Nacional e os Governadores dos Estados e do Distrito Federal.</p> <p>(B) mediante recurso extraordinário, as causas decididas em última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo constitucional.</p> <p>(C) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.</p> <p>(D) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal e a ação declaratória de constitucionalidade de lei federal ou estadual.</p> <p>(E) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República, os Governadores dos Estados e seus próprios membros.</p>

36. À União, aos Estados e ao Distrito Federal compete legislar concorrentemente, dentre outras matérias, sobre direito tributário e financeiro. Sobre isso, é correto afirmar que
- (A) a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual, no que lhe for contrário.
 - (B) a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
 - (C) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados deverão aguardar a edição destas para, posteriormente, legislarem supletivamente.
 - (D) somente lei complementar poderá autorizar os Estados a legislarem supletivamente diante da inércia da União em editar normas gerais.
 - (E) a edição de normas gerais pela União exclui a competência suplementar dos Estados e do Distrito Federal.

37. Considere as seguintes hipóteses:
- I. Motivo determinante, comum a ambas as partes, ilícito.
 - II. Manifestação de vontade por vício resultante de coação.
 - III. Celebração por pessoa relativamente incapaz.
 - IV. Preterição de solenidade que a lei considere essencial à sua validade.
 - V. Celebração com objetivo de fraudar lei imperativa.
- Consideram-se nulos, e as nulidades podem ser alegadas por qualquer interessado ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir, os negócios jurídicos celebrados nas condições indicadas em
- (A) I, II e IV.
 - (B) I, III e V.
 - (C) I, IV e V.
 - (D) II e III.
 - (E) II, IV e V.

Instrução: Nas questões de números 38 a 40, assinale a alternativa correta em relação à proposição apresentada.

38. Prescrição:
- (A) A apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores é causa interruptiva da prescrição.
 - (B) A prescrição ocorre em vinte anos, quando a lei não houver fixado prazo menor.
 - (C) A prescrição pode ser alegada apenas pela parte a quem aproveita e somente no primeiro grau de jurisdição.
 - (D) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes, por não constituírem matéria de ordem pública.
 - (E) Prescreve em cinco anos a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.

39. Solidariedade passiva nas obrigações solidárias:
- (A) Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente, inclusive pelas perdas e danos.
 - (B) Se ocorrer o pagamento parcial de dívida comum, os demais devedores só ficarão obrigados ao pagamento da quota parte de cada um.
 - (C) A propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores importará na renúncia da solidariedade.
 - (D) Qualquer cláusula, condição ou obrigação adicional, estipulada entre um dos devedores solidários e o credor, poderá agravar a posição dos outros sem consentimento destes.
 - (E) Todos os devedores respondem pelos juros da mora, ainda que a ação tenha sido proposta somente contra um; mas o culpado responde aos outros pela obrigação acrescida.

40. Responsabilidade civil:
- (A) Aquele que habitar prédio, ou parte dele, só responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem, se tiver agido com culpa.
 - (B) O direito de exigir a reparação do dano sofrido por pessoa falecida é personalíssimo e não se transmite com a herança.
 - (C) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, mesmo que seja descendente seu relativamente incapaz.
 - (D) Todos os autores responderão solidariamente perante a vítima pela reparação do dano causado, se a ofensa a direito de outrem tiver mais de um autor.
 - (E) A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá numa quantia fixa correspondente a um salário mínimo por palavra ofensiva.

41. Em regra, os intervalos para descanso não são computados na duração do trabalho. A lei prevê, no entanto, algumas exceções, que correspondem a intervalos remunerados porque computados na jornada de trabalho. Inclui-se nesta hipótese o
- (A) repouso de 10 minutos a cada período de 90 minutos trabalhados, nos serviços permanentes de mecanografia.
 - (B) intervalo para alimentação concedido aos empregados que cumprem jornada inferior a 4 horas.
 - (C) descanso de 15 minutos concedido aos trabalhadores que cumprem jornada superior a 4 horas e inferior a 6 horas.
 - (D) intervalo para refeição e descanso de, no mínimo, uma hora concedido aos trabalhadores que cumprem jornada de 8 horas.
 - (E) intervalo interjornadas inferior a 11 horas.

42. Na hipótese de serem concedidas férias coletivas, os trabalhadores admitidos há menos de doze meses
- (A) terão suspensos seus contratos de trabalho.
 - (B) gozarão férias proporcionais, iniciando-se então no novo período aquisitivo.
 - (C) gozarão férias proporcionais, que deverão ser descontadas do período legal de férias, quando completado o primeiro período aquisitivo.
 - (D) gozarão licença-remunerada.
 - (E) gozarão férias como os demais empregados, porquanto a lei não faz qualquer distinção.

43. A execução de atividades empresariais de caráter transitório é uma das hipóteses do contrato de trabalho
- (A) por equipe.
 - (B) por obra certa.
 - (C) por prazo determinado.
 - (D) por prazo indeterminado.
 - (E) de experiência.

44. A interrupção do contrato de trabalho corresponde à cessação temporária e parcial dos efeitos do contrato de trabalho. São hipóteses de interrupção do contrato de trabalho o afastamento do empregado em razão de
- (A) falecimento do cônjuge e auxílio-doença superior a 6 meses.
 - (B) aposentadoria por invalidez e licença-paternidade.
 - (C) prestação do serviço militar e alistamento eleitoral.
 - (D) colação de grau e doação de sangue.
 - (E) casamento e alistamento eleitoral.

45. Se o empregado se utiliza da faculdade de não trabalhar nos sete últimos dias do aviso prévio, o pagamento das verbas rescisórias deverá ser feito
- (A) no último dia efetivamente trabalhado.
 - (B) no último dia do contrato.
 - (C) sete dias após o término do contrato.
 - (D) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato.
 - (E) até 10 dias após o último dia trabalhado.

46. O conjunto dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força do estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares constitui uma
- (A) categoria econômica.
 - (B) categoria diferenciada.
 - (C) cooperativa de trabalho.
 - (D) federação.
 - (E) confederação.

47. Em relação ao trabalho noturno, a CLT estabelece o seguinte:

	Horário	Adicional	Cômputo da hora
A	24 às 6	25%	60 min
B	24 às 6	20%	55 min
C	22 às 5	30%	55 min
D	22 às 5	20%	52min30s
E	21 às 6	10%	52min39s

48. É prevista a aplicação do direito processual comum ao processo do trabalho,
- (A) nos casos omissos, como fonte preferencial, desde que respeitado o princípio *in dubio pro misero*.
 - (B) a critério do magistrado, como decorrência do princípio do livre convencimento do juiz.
 - (C) nos casos omissos, como fonte subsidiária e desde que não haja incompatibilidade com as normas processuais trabalhistas.
 - (D) a critério do magistrado, que deverá observar somente os princípios *in dubio pro misero* e da primazia da realidade.
 - (E) em todas e quaisquer hipóteses, como fonte preferencial e desde que sejam observados os princípios do direito processual do trabalho.

49. Nos termos da CLT, tem preferência sobre os demais o litígio
- (A) cuja execução será processada perante o juízo da falência.
 - (B) em que é parte a mulher ou o menor.
 - (C) que tenha por objeto a reintegração de empregado estável.
 - (D) sujeito à conciliação.
 - (E) que tenha sido previamente submetido à Comissão de Conciliação Prévia.

50. As partes ou seus procuradores poderão consultar os processos, com ampla liberdade,
- (A) nos arquivos.
 - (B) nas salas de audiência.
 - (C) nos gabinetes dos juizes.
 - (D) nos locais reservados à distribuição dos feitos.
 - (E) nas secretarias das Varas ou das Turmas.

51. Uma vez pronunciada, a nulidade
- (A) atinge todos os atos processuais.
 - (B) implica remessa do feito ao Ministério Público.
 - (C) impossibilita a repetição do ato nulo.
 - (D) atinge somente os atos posteriores, que dele dependam ou sejam consequência.
 - (E) atinge somente os atos que favoreçam a parte que lhe deu causa.

52. Reclamação trabalhista em que é réu o Município e cujo valor não ultrapassar 40 vezes o salário mínimo deverá seguir o procedimento
- (A) ordinário.
 - (B) sumário.
 - (C) sumaríssimo.
 - (D) especial.
 - (E) de exceção.

53. Empregado admitido no Rio de Janeiro, por empresa cuja matriz está estabelecida em São Paulo, após seis meses de trabalho no Rio de Janeiro foi transferido para Manaus, onde trabalhou por um curto período ficando responsável, também, pela regional de Boa Vista. Pretendendo ajuizar reclamação trabalhista, o foro competente será
- (A) São Paulo ou Rio de Janeiro.
 - (B) São Paulo ou Manaus.
 - (C) São Paulo ou Boa Vista.
 - (D) Manaus ou Brasília.
 - (E) Manaus ou Rio de Janeiro.

<p>54. É da competência originária do Tribunal Regional do Trabalho, em sua composição plena, processar e julgar</p> <p>(A) ação de cumprimento. (B) ação anulatória. (C) mandado de segurança. (D) ação de indenização por danos morais. (E) inquérito para apuração de falta grave.</p>	<p>58. A respeito da resposta do réu e da contestação, é correto afirmar que</p> <p>(A) há litispendência, quando se repete ação que já foi decidida por sentença, de que não caiba recurso. (B) a reconvenção deverá ser apresentada em petição dirigida ao juiz da causa, na primeira metade do prazo para contestação. (C) se presumem verdadeiros os fatos não impugnados na contestação mesmo se estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto. (D) é lícito ao réu deduzir novas alegações relativas a fatos e direitos preexistentes, mesmo depois da contestação. (E) o ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao curador especial, que pode contestar por negação geral.</p>
<p>55. O Ministério Público</p> <p>(A) atuará, quando a lei considerar sua intervenção obrigatória, e a parte, sob pena de nulidade do processo, promover-lhe-á a intimação. (B) terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado dos principais atos do processo, quando intervir como fiscal da lei. (C) poderá juntar documentos e certidões, mas não poderá produzir prova em audiência. (D) tem competência para intervir nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural. (E) não será civilmente responsável quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude.</p>	<p>59. Com relação à ação rescisória, é correto afirmar:</p> <p>(A) Concluída a instrução na ação rescisória, será aberta vista, concomitantemente, ao autor e ao réu, pelo prazo de quinze dias, para razões finais. (B) O terceiro prejudicado, o sucessor a título singular de uma das partes, bem como o Ministério Público, não possuem legitimidade para propor a ação rescisória. (C) A ação rescisória suspende a execução da sentença rescindenda, bem como todos os seus efeitos, jurídicos e econômicos, sendo a referida execução arquivada em cartório. (D) Os atos judiciais, que não dependem de sentença ou em que esta for meramente homologatória, podem ser rescindidos, como os atos jurídicos em geral, nos termos da lei civil. (E) O direito de propor ação rescisória extingue-se em cinco anos, contados do trânsito em julgado da decisão.</p>
<p>56. Considere as seguintes situações:</p> <p>Em processo contencioso ou voluntário, o Juiz</p> <p>I. É cônjuge de uma das partes. II. É amigo íntimo de uma das partes. III. É empregador de uma das partes. IV. Oficiou no processo como perito.</p> <p>São hipóteses de impedimento e de suspeição as indicadas, respectivamente, em:</p> <p>(A) I e II ; III e IV. (B) I e III ; II e IV. (C) I e IV ; II e III. (D) II e III ; I e IV. (E) III e IV ; I e II.</p>	<p>60. No processo de execução,</p> <p>(A) o credor poderá executar a sentença sem provar que se realizou a condição ou que ocorreu o termo, quando o juiz decidir relação jurídica sujeita à condição ou ao termo. (B) é lícito ao credor, sendo o mesmo o devedor, cumular várias execuções, ainda que fundadas em títulos diferentes, desde que para todas elas seja competente o juiz e idêntica a forma do processo. (C) o credor não ressarcirá ao devedor os danos que este sofreu, quando a sentença, passada em julgado, declarar inexistente em parte, a obrigação, que deu lugar à execução. (D) o novo devedor que assumiu, sem o consentimento do credor, a obrigação resultante do título executivo poderá ser sujeito passivo da execução. (E) o espólio, os herdeiros ou os sucessores do devedor não poderão ser sujeitos passivos da execução.</p>
<p>57. Com relação aos Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) os atos e termos do processo serão datilografados ou escritos com tinta escura e indelével, assinando-os as pessoas que neles intervieram. Quando estas não puderem ou não quiserem firmá-los, o escrivão certificará, nos autos, a ocorrência. (B) às partes, aos advogados, aos órgãos do Ministério Público, aos peritos e às testemunhas é facultado rubricar as folhas correspondentes aos atos em que intervieram. (C) o escrivão numerará todas as folhas dos autos e rubricará somente as folhas mais importantes, procedendo da mesma forma quanto aos autos suplementares. (D) é lícito o uso da taquigrafia, da estenotipia, ou de outro método idôneo, em qualquer juízo ou tribunal. (E) não se admitem, nos atos e termos, espaços em branco, bem como entrelinhas, emendas ou rasuras, salvo se aqueles forem inutilizados e estas expressamente ressalvadas.</p>	